

RELAÇÃO DA VIAGEM AO PAÍS DOS TAPUIAS: UMA LEITURA *

James Emanuel de Albuquerque

Nas últimas décadas, com o incremento das pesquisas históricas em nível de pós-graduação, assistimos a um esforço dos profissionais da área no sentido de refletir acerca do modo como a historiografia hoje considerada tradicional tratou a participação de negros e indígenas em nossa história. Procurando trabalhar dentro de uma perspectiva, na medida do possível, despida dos preconceitos culturais que regiam a geração de intelectuais e políticos que, em meados do século XIX, se dedicou à inauguração de uma tradição historiográfica nacional. Neste contexto, nosso trabalho pretende se incluir no conjunto de estudos que procuram elaborar novas imagens sobre as relações de contato envolvendo grupos indígenas e colonizadores europeus no período colonial, mais especificamente os envolvidos na aventura dos holandeses no Brasil do século XVII. Procurarei, nesta comunicação, apresentar alguns aspectos abordados em nossa monografia de bacharelado em história (2002), “Relação da Viagem ao País dos Tapuias: uma leitura” – um comentário de texto histórico sobre a crônica de Roulox Baro, publicada em 1651. Esta apresentação contará ainda com as questões incluídas na pesquisa que ora desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, “Roulox Baro e o “país dos tapuias”. Representações acerca dos tapuias e brasileiros no Brasil do século XVII”, sob a orientação da professora doutora Jacqueline Hermann.

Durante a graduação, nosso primeiro contato com estudos nessa área se deu na disciplina eletiva, sobre índios na fronteira do Brasil Colonial, ministrada pelo professor doutor Flávio dos Santos Gomes no primeiro semestre de 1998, onde estudamos, entre outros, trabalhos como o de Nádya Farage(1991), *As muralhas dos sertões*; a coletânea organizada por Carneiro da Cunha (1992), *História dos Índios no Brasil*; e *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo* de John Manuel Monteiro (1994)¹ . No primeiro semestre de 1999, ainda com o professor Flávio, tivemos o primeiro contato com a

crônica de Baro, ao participarmos de um “laboratório” de Brasil I, onde se buscava uma reflexão sobre as idéias de construção histórica, significados políticos, ideologias, marcos temporais, idealização de heróis e personagens históricos, “identidades nacionais / regionais”, entre outras, a partir da análise da produção historiográfica mais recente sobre o período da ocupação holandesa no Nordeste do Brasil (1630 – 1654). Entre as impressões resultantes das análises então desenvolvidas, pareceu-nos digna de nota a evolução apresentada na historiografia, principalmente na obra de Evaldo Cabral de Mello, no que se refere à reflexão sobre a magnitude da participação da “sociedade colonial” do Nordeste no processo da “Restauração Pernambucana”, reconstituindo, segundo este último, a “*maneira pela qual esta mobilizou os recursos escassos de sua ordem monocultora, latifundiária e escravocrata na luta contra os invasores*”². Assim como nos pareceu se destacar um espaço para novos recortes e novas perguntas, na investigação da participação de outras camadas que, salvo por sutilezas conceituais, se incluíam na “sociedade colonial” do Nordeste no período, como, por exemplo, a dos “tapuias” do sertão, personagens centrais do documento de Baro.

Em seguida, escolhemos um método de leitura crítica de documentos que servisse de fio condutor para pesquisarmos o relacionamento entre os tapuias e os europeus, a partir das referências contidas na narrativa de Baro, cujo resultado seria a referida monografia de bacharelado. Por exigência do método escolhido³, aprofundamos nossas leituras sobre o Brasil holandês, tanto na historiografia quanto nas crônicas contemporâneas mais conhecidas. Dentre as informações levantadas sobre a produção da crônica de Baro, se destacava a trajetória vivida por seu autor, em função das circunstâncias especiais das regras de convivência e dos modelos sociais que permearam a sua formação cultural, tornando-o um conhecedor privilegiado da cultura dos povos envolvidos em seu relato. Baro, aos sete anos de idade, teria sido embarcado em um porto dos Países Baixos com destino à América portuguesa, em 1617. O navio em que viajou foi capturado pelos luso-brasileiros, a tripulação trucidada pelos indígenas, o capitão transferido para a então capital da colônia, Salvador, e a guarda do pequeno grumete entregue a um aldeamento perto da costa sul do

atual estado do Rio de Janeiro. Após anos de contato com o as diversas etnias que formavam os aldeamentos da época, Baro partiu para se apresentar aos holandeses em Recife, oferecendo seus serviços de intérprete e explorador do sertão ⁴.

Deve-se a publicação do registro da viagem de Roulox Baro – entre sua residência nas cercanias do Castelo de Kuelen⁵ (atual Forte dos Reis Magos) e o sertão da capitania do Rio Grande (80 léguas da costa)⁶ – à iniciativa do cronista francês Pierre Moreau de traduzi-la do original em flamengo, e oferecê-la para edição, em 1651, junto com a sua *História das últimas lutas...*⁷; onde assim a ela se refere: “*A relação da viagem feita por Roulox Baro ao país do Janduí, do que tratou com ele, as conversas que junto tiveram, o que ele viu a respeito das maneiras e cerimônias desse povo se lerá adiante, segundo a tradução que fiz do flamengo, à qual me reporto, e que ajuntei separadamente no fim do presente discurso, como uma curiosidade para o leitor,...*” (p.66). A folha de rosto de nosso documento indica se tratar de uma “*RELAÇÃO DA VIAGEM*” (texto documento); originado de um “*INTERPRETE E EMBAIXADOR Ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil*” (poder ou autoridade pública); e datado – “*Começada no dia três de abril de 1647 e terminada no dia quatorze de julho do mesmo ano.*”.

Segundo nos informa Pierre Moreau, a missão de Baro seria conseqüência da desestabilização da aliança das forças holandesas com alguns grupos indígenas, causada principalmente em função do episódio envolvendo o assassinato do intérprete junto aos tapuias, Jacob Rabbi, e a não concordância na entrega do acusado por este fato, o capitão Joris Garstman, comandante militar da capitania do Rio Grande, para ser por eles justicado. Esta situação teria levado o Conselho do Recife à enviar, para ter com Janduí (“Rei dos Tapuias”), Roulox Baro:

“que lhes servia comumente de intérprete, o qual, tendo convivido desde sua juventude com os tapuias, sabia perfeitamente sua língua e era muito querido deles. Este devia agradecer-lhe em seu nome a amizade que lhes dispensava e, em testemunho da sua, presenteá-los de sua parte com machados, machadinhas,

facas, espelhos, pentes e objetos semelhantes, ao mesmo tempo que deveria demonstrar-lhe os embustes e infidelidades dos portugueses, convidando-o a não nos abandonar.” (p.66)

Centramos a fase de “interpretação” na análise de algumas idéias centrais que inferimos na leitura do documento: a real extensão territorial da dominação holandesa, que dava margem à existência de um país “independente” administrado pelos tapuias; a “insubordinação” apresentada pelos tapuias em relação aos europeus; e o “asilo” que os tapuias davam aos “brasilianos” que fugiam para o sertão ⁸.

A idéia de um território autônomo, o “País dos Tapuias”, que, a partir do título, permeia todo o relato, pode ser reforçada tanto pela leitura das crônicas contemporâneas, quanto por afirmações como a de Capistrano de Abreu em seu *Capítulos de História Colonial* ⁹ de que “*A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa.*”, ou o artigo de 1915 de Alfredo de Carvalho ¹⁰, como resposta à tese que lhe fora atribuída pelo 1º Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro – “Os holandeses como exploradores do sertão brasileiro”. Nele, apesar de reconhecer que o assunto escolhido poderia “*facilmente prestar-se a copiosas divagações retóricas*”, Carvalho, com base nos “*mapas magníficos que ilustram a obra famosa de Barleus*” ¹¹, demonstra, “*cabalmente, que os holandeses jamais exploraram o sertão brasileiro, motivo pelo qual nos desobrigamos da incumbência que nos cometeram os ilustres organizadores*”.

Na análise sobre o “tom” de insubordinação dos tapuias em relação aos europeus que transparece no documento, procuramos percorrer os principais episódios registrados em nossa bibliografia relativos tanto à atuação conjunta de tapuias com o exército da Companhia das Índias Ocidentais, quanto aos problemas enfrentados pelos colonos das cercanias do forte Kuelen em função dos assaltos regulares dos tapuias, recebendo do governo de Recife ordens de manter a todo custo a aliança com os mesmos. Em diversas ocasiões, inclusive em fontes portuguesas, ficou registrado o temor que os próprios holandeses nutriam pelos tapuias, seus, na expressão de Ernst van den Boogaart, “aliados

infernais”¹². Temor que também atormentava a população luso-brasileira sob domínio holandês. Em carta de 19/7/1645, na qual respondia ao Conselho sobre os motivos alegados pelos portugueses do Brasil Holandês para as atividades dos rebeldes que o governo na Bahia estaria apoiando, numa atitude que poderia ser interpretada como quebra da trégua celebrada entre o rei de Portugal e o Governo holandês¹³, o Governador Antônio Teles da Silva assim mencionava a citada ameaça tapuia que pesava sobre a população, segundo transcreve o cronista Joan Nieuhof, em sua *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*:

“Os portugueses sob seu governo comunicaram-me as razões que os impeliram a esta rebelião, solicitando o meu auxílio na qualidade de súdito do Rei meu Senhor. Disseram-me que receavam ser sacrificados à fúria de 4000 Tapuias especialmente enviados do Rio Grande para esse fim.” (Nieuhof; p.177)

Quanto ao relacionamento dos tapuias com os grupos de “brasilianos” que, fugidos do litoral, pediam autorização dos tapuias para se estabelecerem em terras do sertão, procuramos informações sobre a política dos holandeses em relação aos aldeados, e os motivos que os levariam a preferir a fuga, já que teóricamente era proibida a sua escravização ou a exploração de seus serviços desde antes de consumada a conquista na legislação da Companhia.

Como pesquisa de mestrado, optei por aprofundar as análises sobre as representações acerca dos grupos indígenas na crônica de Baro, procurando acrescentar questões relativas ao encontro da antropologia com a história, levantando aspectos de reconstrução cultural abordados pelos estudos recentes que romperam com noções do passado de povos indígenas americanos como um conglomerado de sociedades estáticas e isoladas, completamente despreparadas para lidar com as mudanças profundas desenvolvidas durante o período colonial. Pretendo, ainda, enriquecer a análise sobre a biografia de Baro; as características do relacionamento entre os índios nos aldeamentos como o que o acolheu; como ele lidou com a vantagem de “ser um índio” em sua trajetória entre os europeus; bem como a importância de seu

relato para uma renovação da imagem do “sertão” nos séculos XVI e XVII na América portuguesa, comumente associada ao “vazio”, e que aparece na crônica de Baro como complexo, dinâmico e ciente do que acontecia no litoral.

Rio de Janeiro, 2005.

* Trabalho apresentado por James Emanuel de Albuquerque, aluno de mestrado do PPGHIS/IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para o XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH; Simpósio Temático Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares.

¹ FARAGE, Nádya. *As muralhas dos sertões*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1998p. 14

³ LARA PEINADO, Frederico., RABANAL ALONSO, Manuel Abilio. “El Comentario de textos históricos”. In: _____. *Comentario de textos históricos*. 4 ed. Lérida: Dilagro, 1987.

⁴ TEENSMA, B.N. “O Diário de Rodolfo Baro (1647) Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte”. *Revista Ethnos*. Ano II, n. 3 Jul/Dez 1998

⁵ Como podemos encontrar, por exemplo, em CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1984 – uma expedição, comandada pelos chefes militares Jan Corlisz Lichthardt e Baltazar Bijma, acompanhados de Mathijs van Keulen e Servaes Carpenter, assumiu, em 1633, o controle do forte dos Santos Reis, na capitania do Rio Grande, mudando o nome para *Castelo de Kuelen*, e entregando o comando para o capitão Joris Garstman

⁶ José Honório Ribeiro, em nota à crônica de Neuhoof, situa o destino da expedição como a região dos ribeiros do Assu, Mossoró e Apodi, hoje parte do estado do Rio Grande do Norte. NIEUHOF, Joan *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues (p.354-Nota 450).

⁷ MOREAU, Pierre., BARO Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1979. Tradução e notas por Leda Boechat Rodrigues. Nota introdutória por José Honório Rodrigues.

⁸ A maioria dos documentos relativos ao Brasil Holandês, ao se referirem aos “brasilianos”, parecem indicar estarem se referindo aos tupis que habitavam os aldeamentos da costa. Os tapuias, termo tupi para designar os que não falavam tupi, recebendo a conotação de “outro”, inimigo, habitavam o sertão. Categorias criadas no contexto colonial, englobavam cada uma várias etnias.

⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu & Livraria Briguet, 1954

¹⁰ CARVALHO, Alfredo Ferreira de. “Explorações Holandesas do Sertão Brasileiro” . In: _____. *Aventuras e Aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia., 1920. pp.125-128.

¹¹ BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980. Fac-símile da edição do Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. Tradução e Notas de Cláudio Brandão

¹² BOOGAART, E. van den “Infernal Allies – The Dutch West India Company and the Tarariu – 1631 – 1654” In. GALINDO, M. , ALMEIDA, L. S. (Eds.) *Índios do Nordeste Temas e Problemas*. Maceió, EDUFAL, 2000.

¹³ Sobre esta trégua, registra Nieuhof (p.108): “Em junho de 1641, o Conde Maurício e o Grande Conselho foram informados da conclusão de uma trégua de dez anos entre os Estados da Holanda e o Rei de Portugal, bem como de todas as cláusulas a ela pertinentes. Os termos desse tratado foram divulgados em todas as nossas Capitanias, por meio de proclamações, cessando, assim, as hostilidades de ambas as partes. Passaram, então, os holandeses a viver em boas relações com os moradores da Bahia, oferecendo-lhes amplas demonstrações de amizade, suficientes para convencer os portugueses de que jamais teriam motivo para temer, de nossa parte, qualquer infração da trégua pactuada.”.